



## DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO RURAL: DISTANCIAMENTO DOS ESTUDANTES NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS DO CAMPO

Sabino De Oliveira Neto <sup>1</sup>  
Indonesia Patrícia Holanda Andrade Ferreira<sup>2</sup>  
Rafaela Natalina Costa Silva <sup>3</sup>  
Marília Maria Jesus Queiroz <sup>4</sup>  
Iana Fernandes Caldas<sup>5</sup>  
Maria Luciana Abrante <sup>6</sup>

### INTRODUÇÃO

Este estudo visa explorar as complexidades teóricas da educação no campo, por meio de uma análise bibliográfica, destacando as diferenças entre abordagens educacionais específicas e as influências hegemônicas presentes no contexto rural brasileiro.

Portanto, torna-se imprescindível compreender que os movimentos sociais no campo estão intrinsecamente voltados à busca por uma educação inclusiva e de qualidade, estabelecendo assim, os direitos que os sujeitos almejam conquistar. Nesta pesquisa, trabalharemos a perspectiva de que a educação no campo subsiste pela presença daqueles que o habitam e que incansavelmente buscam por condições mais dignas e igualitárias no território rural. Esse contexto em específico, delineia onde a luta por uma educação significativa se entrelaça organicamente com as buscas pelos direitos fundamentais de cada indivíduo que compõem esse território.

Desse modo, nos faz concordar com a ideia proposta por Foguesatto (2016) quando o mesmo discute sobre a realidade de muitos jovens rurais, que em sua grande maioria preferem permanecer no campo, realizando as atividades rurais devido às dificuldades que estariam interligadas com a precarização no ensino e principalmente na inserção desses jovens em cursos de nível superior. Em paralelo a isso, apesar da falta de políticas públicas inseridas nesse contexto, a busca por melhorias e maior remuneração se apresentam como fatores decisivos,

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, [sabinooliveiran@gmail.com](mailto:sabinooliveiran@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, [ipcred06@gmail.com](mailto:ipcred06@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduando do Curso de psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, [rafaelacostasilva19@gmail.com](mailto:rafaelacostasilva19@gmail.com)

<sup>4</sup> Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP, Mestrado pela Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte- UERN, [mariliaqueiroz.psi@gmail.com](mailto:mariliaqueiroz.psi@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar -FACEP, [coautor3@email.com](mailto:coautor3@email.com)

<sup>6</sup> Professora do curso de Psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP, especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Dom Alberto [lucianaabrantepsi@gmail.com](mailto:lucianaabrantepsi@gmail.com) .

resultando na migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Em concordância com Vendramini(2007), o mesmo enfatiza que;

[...]é preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos.

Portanto, a partir de uma análise crítica da realidade desses jovens que estão inseridos na área rural, o estudo buscou principais atravessamentos e dificuldades que essa população vivencia e como o termo de educação no campo nos remete a constantes lutas e desafios. Segundo Caldart(2012) a educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e sua organização. Mediante a isso, a busca por uma educação do campo, portanto, significa esforço pela garantia de direitos básicos, isto é, as políticas públicas que visem o respeito e supram os interesses reais da população presente nessas comunidades rurais.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para construção do artigo foi realizado uma revisão bibliográfica que tem como base em material já elaborado principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2022,) e de abordagem qualitativa que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 2010) Dessa maneira, obteve-se uma pesquisa exploratória referente a educação no campo que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2002).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Ao falarmos sobre educação no campo, é perceptível que a presença do preconceito velado por parte da sociedade seja presente, principalmente pelo fato de estarem presos a ideia de que o homem do campo é atrasado, o que resulta em sua grande maioria, na exclusão social desses sujeitos nos espaços educacionais. Isso tem origem na história que desponta desde dos

tempos coloniais e imperiais, mas que ainda é um fator existente e ir de encontro a este estigma é um dos principais desafios (HAGE, 2005). Segundo Cunha (2009), entendemos que

Tais estereótipos são criados pelo ethos da sociedade brasileira em relação ao camponês visto como sendo aquele que pertence ao mundo atrasado. A partir de um estudo fundamental de Martins (1975) o camponês é visto como o Jeca Tatu que precisa se adequar e se integrar no sistema social do mundo urbano que hoje é o próprio mercado de trabalho. Desencadeia-se por meio da relação entre urbano-rural uma situação de dependência e fetiche construída pelas relações políticas e pelo modo de produção. É preciso romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera a dominação do urbano sobre o rural e recriar uma concepção de dependência mútua, onde um não sobrevive sem o outro (CUNHA, 2009, p. 225).

Em decorrência a este estigma tão presente em nossa sociedade, a educação rural, no primeiro momento, constitui-se numa ação “compensatória”, pois os indivíduos que residem no campo são vistos como incapazes no que diz respeito à tomada de decisão, perspectivas para o futuro, entre outros. Durkheim (1995), no entanto, discute sobre a educação ser o meio mais eficaz para tirar da criança a condição de tábua rasa e transformá-la em um ser social. Assim, o processo de socialização torna-se então crucial para se analisar o processo da escola na sociedade.

Acredita-se então, que os alunos de zonas rurais são sujeitos que possuem limitações, devido às poucas oportunidades que tiveram ao longo da vida, bem como também, a limitação de conhecimento que possuem. Outrossim, percebe-se que a educação no campo deve se constituir em uma ação de natureza “emancipatória”, ou seja, que incentive esses alunos das zonas rurais a terem uma maior autonomia, a serem autores de suas próprias vidas e histórias, pois emancipar significa romper com a tutela do outro si, ou seja, desconstruir essa ideia preconceituosa e misógina no que diz respeito a juventude do campo, para que assim, esses sujeitos possam viver conforme aos seus interesses e necessidades (HAGE, 2005).

Diante dos fatos apresentados, percebe-se que os espaços pedagógicos de formação não são somente as salas de aula, mas também, e não menos importante, o ambiente familiar, que é considerado um dos principais locais que são fundamentais para o desenvolvimento, além da convivência social, cultural e outros serviços de produção de conhecimento (QUEIROZ, 2004). Partindo desse viés, em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a lei nº 9.394 a qual a educação é um direito de todos e dever da família e do estado, a partir disso “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva, entendemos que a Escola no Campo é possível que possam ser desempenhadas atividades voltados à realidade individual e subjetiva de cada aluno, mas que de certa forma também, esses jovens possam ser inseridos em sociedade, formando alunos aptos para serem críticos e atuantes, mas também, uma educação constituída conforme a realidade desses alunos, para que eles possam continuar também realizando outras atividades, haja vista que a agricultura por exemplo, é um meio de subsistência desses sujeitos e também um dos principais motivos da evasão escolar por parte dessa comunidade (CUNHA, 2009).

Portanto, é imprescindível pensar em uma educação pautada na identidade, o que fortalece ainda mais a cultura presente nesses espaços. Nesse sentido, valorizar e preservar as culturas locais por meio da educação seria um dos pontos de defesa desse território imaterial e garantir a manutenção do território material, onde se dá a produção e reprodução da vida (QUEIROZ, 2004). O que dialoga diretamente com a ideia proposta por Caldart (2002), quando a mesma enfatiza a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito ao acesso à educação, e uma educação que seja no e do campo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base nos fatores mencionados anteriormente, os resultados obtidos nessa pesquisa partem de uma análise feita a partir de revisões bibliográficas destacando os principais resultados encontrados pelos autores das obras referente aos desafios e dificuldades enfrentadas por jovens que estão inseridos no contexto rural. Delineando-se assim um imaginário de que para viver na roça não há necessidade de conhecimentos, que para trabalhadores do campo não era importante a formação escolar, apenas as elites brasileiras (Antonio e Luci, 2007).

A educação no campo é uma conquista que atravessou décadas, para se ter um projeto de educação de acordo com a realidade dos povos inseridos neste contexto, a qual ainda está em permanente construção (PAULA, 2021).

“Os povos do campo, das águas e das florestas, historicamente, em suas vidas, são marcados por processos de extrema exclusão



e de nefastas formas de violências, que estão presentes desde a chegada das caravelas portuguesas. São mais de quinhentos anos de estratégias da classe dominante para perpetuar seus paradigmas de opressão. Essa postura intensifica-se a cada momento histórico da sociedade em que vivemos, desde o feudalismo ao capitalismo; e a dominação sobre os corpos, as culturas e as identidades têm prevalecido para manter as formas de existência dos opressores”

Por esta razão, faz-se necessário argumentar os desejos e anseios da população da zona rural e que todas as suas necessidades e interesses sejam levadas em consideração, além de proporcionar uma educação que atenda a todos os requisitos, para que assim, possa ser evitado o deslocamento da zona rural para a zona urbana, assim como é proposto a ideia de Caldart(2002), onde o mesmo menciona a relevância de uma educação no e do campo, isto é;

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (2002, p 26)

Portanto, a escola, o que inclui os gestores, docentes, e toda a comunidade escolar, deve se pautar em uma educação no campo que seja construída e pensada deste lugar do discente, que utiliza o método de história de vida, a valorização da identidade, do meio sociocultural. Assim, estas histórias serão contadas pelos alunos a partir da realidade que eles estão e o meio que eles vivem (CALDART, 2002).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessarte, ao final desse estudo pode-se afirmar que possibilitou possíveis reflexões acerca da educação em zonas rurais, bem como dos desafios enfrentados no contexto educacional e social. Ademais, as análises que foram realizadas podem trazer contribuições relevantes para estudantes que vivenciam essa realidade que possuem todo um atravessamento sócio-político, estimulando a capacidade de se reconhecerem enquanto sujeitos e potencializando o conhecimento crítico da realidade.

Mediante a isso, a construção dessa pesquisa foi de extrema importância para perceber o quanto a vivência da categoria desses estudantes das zonas rurais é, em sua grande maioria, desconsiderada, e como isso repercute para além da subjetividade desses jovens e moradores rurais, resultando em falta de perspectiva, quebra de expectativa e desmotivação, tendo em vista que, quando essas questões não são colocadas em pauta, os índices de evasão escolar aumentam, impactando diretamente no futuro desses sujeitos.

Portanto, é necessário intensificar os estudos acerca dessa temática, contribuindo na busca de apresentar caminhos e soluções, mudando consideravelmente as políticas educacionais, dando maior visibilidade e oferecendo suporte a esses jovens e adultos que residem no campo.

**Palavras-chave:** Educação no campo, Contextos rurais, Desafios da Educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jun. 2021.

PAULA, Adalberto Penha de; BARBOSA, Roberto Gonçalves. Contribuições de Paulo Freire na Educação do Campo: formação de professores/as e o ensino de Ciências. *Práxis educativa*, v. 16, 2021.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. *Cadernos Cedes*, v. 27, p. 177-195, 2007.

CALDART, R, Salette. *Por uma educação do campo: Traços de uma identidade*. In Miguel G. Arroyo, Roseli Caldart, & Mônica Molina (Orgs.), *por uma educação do campo* (pp. 147- 158). Petrópolis: Vozes, 2004.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2012). *Técnicas de pesquisa*. (7a ed.). Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6a ed.). Atlas.